

Boletim Laço Vermelho



Nº VI • Novembro de 2018



Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha, Bebel
Presidenta da APEOESP

Pelo sexto ano consecutivo, a APEOESP leva às salas de aula o seu Boletim Laço Vermelho, uma publicação especial para engajar a comunidade escolar no Dia Internacional de Luta contra a Aids, celebrado em 1º de dezembro desde 1988.

No Brasil, esta luta de 30 anos sofre um golpe brutal em 2018, com a eleição do capitão Jair Bolsonaro para a Presidência e a ascensão de grupos de extrema-direita. Mesmo antes da posse presidencial, essa mudança já provocou a saída do Governo de Cuba do Programa Mais Médicos e perseguições aos professores, inclusive aos que abordam temas relacionados à prevenção de DSTs e gravidez precoce.

Os avanços que o País conquistou no combate à Aids estão comprometidos. Relatório recente divulgado pela Organização Mundial da Saúde revela dados alarmantes sobre a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis. Nos últimos 10 anos, o número de novos casos de HIV diagnosticados no País quase que triplicou entre os jovens de 15 a 24 anos.

O Boletim também fala das fake news, que afetaram o resultado das eleições, com a disseminação de notícias sobre um falso kit gay e sexualização de bebês. A prevenção de doenças e o trabalho dos médicos também têm sido prejudicados, com informações equivocadas sobre o HIV.

A cinebiografia de Freddy Mercury, uma das mais famosas vítimas da Aids, e os 25 anos de 'Philadelphia', o primeiro filme de Hollywood a abordar a doença, também são temas desta edição, que é um convite para a reflexão e o engajamento dos educadores e estudantes na defesa dos princípios constitucionais, que garantem a liberdade de aprender e ensinar, de forma laica e pedagógica.

Uma tragédia humanitária no Brasil

A saída dos profissionais cubanos do Programa Mais Médicos desmontou redes de saúde em pequenas cidades espalhadas pelo Brasil; muitas delas já estão sem um médico sequer. Nas periferias das grandes cidades, a população mais pobre também já sente os efeitos da saída destes profissionais. A Grande São Paulo, por exemplo, perdeu 265 médicos; 72 deles atendiam nas zonas periféricas da capital.

No dia 14 de novembro, o Governo de Cuba considerou inaceitáveis as declarações e condições impostas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, para manter o convênio. Os ataques ideológicos ao Programa, instituído através de uma

lei aprovada pelo Congresso Nacional, vieram acompanhados de críticas à capacitação dos profissionais e exigência de contratação individual, que ferem o acordo firmado anteriormente.

"Apesar de todas as dificuldades, Cuba tornou-se uma reconhecida potência em Saúde, com uma trajetória de cooperação internacional de mais de 50 anos em aproximadamente 150 países", informou a Associação de Médicos Egressos da Escola Latinoamericana de Medicina - ELAM/CUBA, em nota sobre a saída dos profissionais da ilha caribenha do Brasil.

Participe desta luta



El País e Rede Brasil Atual retratam o drama da população e dos profissionais com a saída dos cubanos do Programa Mais Médicos

Medicina humanizada

Criado em 2013, o Programa tinha, no seu quadro de 18.240 vagas, 8.332 cubanos, mantidos por um convênio do Governo do Brasil com a Organização Pan Americana de Saúde.

Conhecidos pela prática da medicina humanizada e preventiva, os cubanos teriam que revalidar seus diplomas. Eles estavam em 4 mil municípios, em vagas rejeitadas pelos médicos brasileiros.

O Ministério da Saúde publicou edital para contratação de novos profissionais. Mas, desde o início do ano, vagas abertas após a saída de médicos em final de contrato no Programa não têm sido preenchidas.

No dia 19 de novembro, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Abrasco, fez um alerta às autoridades e à população sobre as consequências da saída dos médicos cubanos na assistência à saúde de milhões de brasileiros.

"A Abrasco reconhece que esse projeto de cooperação internacional, não só favoreceu o intercâmbio entre profissionais dos dois países, como produziu resultados sanitários extremamente positivos para milhões de brasileiros".

Índice

➔ 30º Dia Mundial contra a AIDS - pg.2

➔ Lei do Minuto Seguinte - pg. 2

➔ Saúde sem fake news - pg. 2

➔ Educação Sexual nas Escolas - pg. 3

➔ Um defensor das crianças com HIV - pg. 4

➔ A Aids no cinema - pg. 4



30º Dia Mundial de Luta **contra** a Aids



Aids Memorial Quilt é a maior peça de arte popular do mundo, criada para celebrar as vítimas da epidemia.

Um imenso mosaico formado por colchas de retalhos com mensagens às vítimas, ativistas e protagonistas da luta contra a Aids vai cobrir a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 1º de dezembro.

A prática, adotada na década de 80 em memória das vítimas da doença, retorna agora para alertar sobre a importância do compromisso de toda a sociedade no combate ao preconceito, ao estigma e à desinformação em torno do HIV/Aids.

O 1º de dezembro foi instituído pela Assembleia Geral da ONU e a Organização Mundial de Saúde como o Dia

Mundial de Luta contra a Aids, em 27 de outubro de 1988, cinco anos após a descoberta do HIV, o vírus que já havia matado 38 mil pessoas.

SP: 35 anos na luta

Em São Paulo, o Programa Estadual de DST/Aids já existe há 35 anos. No ano em que foi criado, 1983, muitos profissionais da Saúde não queriam trabalhar em serviços que atendiam pacientes com quadro suspeito da doença. Ainda não eram conhecidos o agente causador e suas formas de transmissão.

“Aos poucos, as barreiras foram vencidas e tivemos muitos avanços; em especial, no campo da prevenção e do tratamento antirretroviral. Entretanto ainda convivemos com uma mortalidade por Aids elevada, casos de sífilis congênita e novas infecções pelo HIV, principalmente entre homens jovens”, explica o coordenador do Programa Estadual DST/Aids de São Paulo, Artur Kalichman.

SERVIÇO: A história da Aids no Brasil, um memorial sobre a doença e o site da Quilt, a colcha símbolo das vítimas da epidemia, estão em um Portal, criado para conscientização sobre a importância desta luta. Acesse <https://www.dia-mundial30anos.com.br>

Lei do **Minuto Seguinte**

“Sua palavra é lei” é o tema da campanha que divulga a Lei do Minuto Seguinte, uma iniciativa para garantir às vítimas de estupro o direito de receber as primeiras doses das vacinas profiláticas e do coquetel anti HIV, nas primeiras 72 horas após a violência sexual.

Segundo os especialistas, a medicação tem 100% de eficácia contra o HIV, HPV e Hepatite B, se for aplicada neste período. Também devem ser administrados neste intervalo os remédios contra DSTs não virais, como gonorréia, clamídia e sífilis, além de tétano e a anticoncepção de emergência.

A Lei 12.845, criada em 2013 pela deputada Iara Bernardi (PT-SP), garante a prioridade do atendimento no Sistema Único de Saúde, antes mesmo que a vítima tenha passado por uma delegacia para registrar Boletim de Ocorrência.

Também está assegurada a coleta de material para realização do exame de HIV, além de acompanhamento psicológico, cirurgias plásticas reparadoras, em casos que forem necessários, e assistência social.

Uma tragédia nacional

O objetivo é minimizar uma tragédia nacional; o Brasil registra aproxima-

damente 1381 estupros por dia, quase um por minuto. Mais de 70% das vítimas são crianças e adolescentes.

Os números podem ser ainda maiores, já que os especialistas acreditam que haja uma subnotificação no registro destes crimes. O Atlas da Violência revela que em 2016, último ano com apuração completa, 49.500 vítimas de violência sexual procuraram a Polícia no Brasil; sendo que 23 mil receberam atendimento no SUS.

Muitas vítimas ainda deixam de receber o atendimento adequado, porque não sabem que têm este direito ou não são bem acolhidas no Sistema de Saúde.

Desde que a lei foi aprovada, vários deputados articularam-se para derrubá-la, alegando que a possibilidade da vítima receber a pílula do dia seguinte, para impedir a gravidez, seria uma espécie de legalização do aborto. O presidente eleito foi um desses parlamentares que tentou barrar a lei, apresentando inclusive um projeto que pedia a sua anulação.

SERVIÇO: Vítimas que tiverem o atendimento negado poderão denunciar através do site www.leidominutoseguinte.mpf.mp.br

Confirme, antes de repassar



Bananas com vírus HIV? Vacina do HPV proibida? Estas são apenas algumas das notícias falsas que o Ministério da Saúde descobriu, através de um monitoramento realizado por técnicos, que atuam nas redes sociais para evitar a disseminação de boatos e informações sem evidências científicas.

O falso kit gay, a mamadeira erótica e outras notícias bizarras e mentirosas influenciaram o resultado eleitoral e revelaram que as fake news tornaram-se realmente um problema de saúde pública no Brasil, provocando estragos na política e até na prevenção de doenças.

No primeiro mês de funcionamento, o Ministério da Saúde recebeu 2 mil mensagens para checagem por whatsapp; 310 eram fake news que foram esclarecidas.

O material suspeito (vídeo, mensagem, link para sites ou suposto artigo científico) passa pelo fact-checking,

Sugestão de aula:

APEOESP publica cartilha

Está disponível para download no site da APEOESP a versão atualizada da cartilha elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, para a sensibilização de professores e estudantes sobre o combate ao HIV e demais doenças sexualmente transmissíveis.

As escolas podem elaborar aulas, a partir do “Projeto Educação para Todos e Aids”, que inclui informações atualizadas sobre o Sistema Único de Saúde, a transmissão, prevenção, testagem e tratamento do HIV/Aids e outras DSTs.

O Projeto é essencial na abordagem de questões de gênero, saúde e prevenção nas escolas. Acesse www.apeoesp.org.br

uma ferramenta desenvolvida pelo Google, introduzida há alguns anos na área jornalística para separar fatos da ficção, seja na política, saúde ou qualquer outro segmento.

Não divulgue!

Se a notícia for verdadeira, ganha um carimbo para compartilhamento do próprio Ministério. Caso seja falso, o conteúdo recebe o selo “Isto é fake news. Não divulgue!”.

Há também plataformas, como a Drops Ciência, que é a primeira do Brasil dedicada exclusivamente à checagem de notícias sobre Saúde.

A lista das fake news já avaliadas pelo Ministério encontra-se no site www.saude.gov.br/fakenews

SERVIÇO:

Qualquer cidadão poderá enviar gratuitamente mensagens com imagens ou textos para o Ministério da Saúde, para confirmar se a informação procede, antes de continuar compartilhando. O número é (61) 9 9289 4640.



Daniel Arroyo / Ponte Jornalismo



Sugestão de aula:

Por que é importante falar de educação sexual nas escolas

Tratar de educação sexual na sala de aula contribui na prevenção de doenças e minimiza o risco de uma gravidez precoce; além disso, ajuda as crianças a identificar o que é e como denunciar um abuso sexual

“A escola não é pra aprender a fazer sexo. Quando o pai bota o filho na escola, quer que ele aprenda alguma coisa”. A frase, proferida pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) em uma transmissão realizada em seu perfil do Facebook, na sexta-feira (9/11), foi uma resposta ao debate que tem tomado as redes sociais nos últimos dias. Afinal de contas, as escolas devem ou não tratar de sexualidade em sala de aula? Especialistas explicam a importância de falar sobre o assunto com as crianças.

O debate tem crescido desde as eleições passadas. Na semana anterior à fala de Bolsonaro, o deputado Flavinho (PSC-SP) apresentou uma nova redação do projeto Escola Sem Partido à Câmara dos Deputados, restringindo a atuação de professores em relação ao ensino sexual. O uso dos termos “gênero” e “orientação sexual” também ficariam proibidos nas salas de aula de todo o país.

A psicóloga e doutora em educação pela UNESP (Universidade Estadual Paulista) Mary Neide Figueiró, de 63 anos, considera a investida sobre a educação, especificamente ao conteúdo que envolve a sexualidade, um ataque à liberdade de ensino. “A educação sexual é o inverso da erotização da criança. Ela tem a finalidade de levar informação e conhecimento sobre tudo o que diz respeito ao corpo, para que as pessoas entendam de onde vieram”, sustenta Figueiró.

Mary, que é autora do livro “Educação sexual: saberes essenciais para quem educa”, explica que a “erotização precoce da criança seria o incentivo de toda e qualquer atitude gestual, de vestimenta ou de dança semelhante à adolescência”. A psicóloga defende que perguntar para a

criança sobre ‘namoradinhos’ também é um tipo de erotização precoce.

O projeto Escola Sem Partido vai contra esta lógica. Ele propõe que a educação sexual e moral aconteça dentro de casa, não nos ambientes escolares, por meio de conversas com a família. Mas, de acordo com uma estimativa da UNICEF (Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas), registros apontam que 9 em cada 10 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são cometidos por um conhecido das vítimas. Grande parte é parente.

“Uma criança que entende o que é sexo está mais preparada para não ser vítima do abuso sexual”, garante a especialista. Segundo Mary, a ideia do projeto poderá propiciar um entendimento ainda menor sobre sexualidade e do que se trata um abuso. “A ingenuidade torna esse indivíduo um ser vulnerável, que não entende o que se passa quando ele se vê envolvido em contato sexual com uma pessoa mais velha”, afirma a psicóloga.

Para a educadora sexual Lena Vilela, 63, tanto os pais quanto os professores precisam estar preparados para responder corretamente às perguntas das crianças. Sem um cuidado específico para lidar com o tema, o ensino fica comprometido. “As crianças têm um vínculo muito forte com os professores e é normal que apareçam questões dentro da sala de aula”, explica.

Ela argumenta que existe uma abordagem mais adequada para cada faixa etária. “Nas aulas de ciências, a partir do 7º ano, é preciso conversar sobre o impacto da puberdade no corpo do ado-

Educar é prevenir!

Utilizadas de forma equivocada, a ideologia e a religião têm sido os alibis preferenciais de grupos que querem proibir qualquer abordagem de temas relacionados à sexualidade e, conseqüentemente, à prevenção de DSTs, gravidez precoce e abortos.

Assustados, os professores têm visto diretrizes pedagógicas, que deveriam ser estabelecidas por especialistas, serem criticadas por parlamentares e internautas, sem conhecimento científico, mas pautados por dogmas religiosos e, principalmente, preconceitos.

A perseguição contra pautas consi-

deradas progressistas, como a discussão de gênero e sexualidade, ficou explícita ao atingir até o Programa Amor e Sexo, comandado pela apresentadora Fernanda Lima na TV Globo, vítima de boicote de religiosos e eleitores do capitão Jair Bolsonaro.

O Boletim Laço Vermelho publica aqui uma reportagem do site de Direitos Humanos Ponte Jornalismo, sobre o papel da Educação Sexual na prevenção de doenças e gravidez na adolescência, no combate ao bullying, na inclusão das minorias sexuais e no combate ao machismo e homofobia.

Por: **Larissa Darc** / Especial para Ponte

lescente para desenvolver responsabilidade e consciência para a proteção de doenças e gravidez”, sustenta Vilela.

Esse ano, a OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou um relatório que mostra que o Brasil tem gravidez acima da média latino-americana quando se trata de mães jovens. O levantamento indicou que a cada mil garotas, a taxa é de 68,4 que se tornam mães antes dos 20 anos.

Os dados de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis também são alarmantes: nos últimos 10 anos, o número de novos casos de HIV diagnosticados no país quase que triplicou entre os jovens de 15 a 24 anos.

Escola com diversidade

Outra polêmica é a abordagem de gênero e sexualidade nas instituições de ensino. Os apoiadores do Escola Sem Partido acreditam que conteúdos ligados ao combate da LGBTfobia (preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) se enquadram em uma suposta doutrinação para “ideologia de gênero”.

Em contraposição à proposta, surge o movimento “Escola com diversidade”. Em uma carta, organizada pelo lede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional), professores e pesquisadores argumentam pela promoção de diversidade de opiniões e combate à discriminação.

Apoiado na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, o movimento defende a autonomia dos educadores e a formação para cidadania.

“Temos preocupação com a liberdade de expressão e com as questões que precisam ser garantidas no processo de aprendizagem. Muitos alunos precisam de um trabalho em cima de valores para

terem um entendimento crítico sobre a sociedade em que vivemos”, defende Ernesto Martins Faria, diretor executivo do lede. “A sala de aula precisa ser um lugar onde questões ligadas ao preconceito possam ser discutidas”, completa.

Gustavo Empinotti, 26, presidente do Movimento Mapa Educação, reforça a importância de uma educação sem preconceito. “Os dados mostram que crianças que são lidas como LGBT sofrem muito bullying e discriminação. Acredito que ao falar com os estudantes sobre o respeito, podemos diminuir a violência”.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT, realizada pela ABLGT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis), 73% dos jovens entre 13 e 21 anos já foram vítimas de agressão verbal na escola em função de seu gênero ou sua sexualidade.

“Grande parte da população que defende o Escola Sem Partido acha que, ao se falar sobre sexualidade na escola, estaríamos sexualizando as crianças muito cedo ou ensinando-as a ser LGBT, o que é absurdo. Não é possível influenciar a sexualidade de ninguém e nem é esse o objetivo. Falamos sobre direitos humanos porque queremos ensinar as crianças a serem cidadãos conscientes”, explica Empinotti.

Mary também argumenta em defesa do ensino como uma ferramenta de enfrentamento ao bullying. “Explicar para uma criança que o homossexual é aquela pessoa que sente atração por uma pessoa do mesmo sexo e que transexual é uma pessoa que não se identifica com o corpo biológico, não vai tornar ninguém homossexual porque isso não é uma questão de escolha. É uma questão de identidade pessoal”, defende a psicóloga.



A intolerância **contra um defensor** dos abandonados

Atuando há mais de 30 anos com a população de rua em São Paulo e pioneiro na luta em defesa das vítimas de HIV Aids, Padre Júlio Lancelotti foi uma das vítimas dos crimes de ódio, que se alastraram pelo Brasil em 2018.

Neste caso, os intolerantes voltaram-se não apenas contra um ser humano, mas contra uma reconhecida história de coragem e altruísmo. No auge da epidemia da Aids, ainda no início dos anos 1990, Padre Júlio resgatou bebês e crianças com HIV na Febem, e fundou a Casa

Vida I, que depois ganhou outra unidade, a Casa Vida II.

Totalmente abandonados, esses internos não recebiam cuidados de higiene e nem colo. Naquela época, a maioria dos profissionais de Saúde ainda tinha medo da contaminação pela Aids, que era vista como uma peste.

O trabalho de décadas rendeu a Padre Júlio o Prêmio Trip Transformadores 2018, concedido pela Revista Trip. Muitas das crianças que foram resgatadas pela Casa Vida não resistiram à doen-

ça, mas as que se tornaram adultas reconhecem na coragem do Padre Júlio Lancelotti os ideais de São Francisco de Assis, que abraçou os leprosos.

Em setembro, o Padre foi atacado pela Guarda Civil Metropolitana, que invadiu um Centro Comunitário, que abriga moradores de ruas da Mooca, na zona leste da capital.

O padre recebeu cusparadas, foi ofendido, agredido e ameaçado pelos guardas. Em março, o padre de 69 anos recebeu ameaças de morte pe-



Padre Júlio é um dos homenageados no Prêmio Trip Transformadores de 2018

Revista Trip

las redes sociais, por pessoas que discriminam a população marginalizada, assistida por ele.

“Lamentamos que a violência sofrida diariamente pelos moradores de rua se volte agora contra entidades e pessoas que tentam devolver o mínimo de dignidade a esses irmãos”, protestou a Arquidiocese de São Paulo, em nota de repúdio sobre o ataque da GCM.

Ficção e realidade na História da Aids

Eleito pela Revista Time como um dos melhores filmes de 2018, ‘Bohemian Rhapsody’ é a cinebiografia de Freddie Mercury, fundador e vocalista do Queen, que faleceu vítima da Aids há exatamente 27 anos.

O filme é uma oportunidade de revisitar uma vida que marcou tantas outras, através de músicas que hoje são clássicos, como ‘Love of my Life’ e a própria ‘Bohemian Rhapsody’, que dá nome ao filme.

Mercury percorreu o mundo, emocionando multidões com versos cheios de significado sobre as adversidades de um homem, cuja vida re-

flete a história da epidemia do HIV e do preconceito contra a sexualidade.

Os momentos de glória foram pontuados pela solidão e isolamento de um paciente que escondeu a contaminação pelo HIV.

“Freddie Mercury foi uma das primeiras estrelas de alto escalão a morrer da doença e sua história está extremamente ligada à história da Aids”, escreve Mark Langthorne, um dos autores de “Somebody to Love: A Vida, a Morte e o Legado de Freddie Mercury”, a primeira biografia a mostrar essa justaposição entre a trajetória do vocalista do Queen e a evolução da epidemia de HIV.

Para evitar a homofobia, o cantor decidiu não aparecer mais em público quando os sintomas tornaram-se visíveis. Freddie Mercury assumiu que tinha o HIV apenas um dia antes da sua morte, em 24 de novembro de 1991.

25 anos de Philadelphia

Quando o vocalista do Queen morreu, a Aids era um tabu em Hollywood. Um dos primeiros filmes comerciais a abordar a doença completa 25 anos em 2018. Tom Hanks e Denzel Washington estrearam ‘Philadelphia’, em uma época em que temas como HIV/Aids, homossexualidade e homofobia não tinham espaço em Hollywood.

Dirigido por Jonathan Demme, o filme conta a história de um advogado homossexual que trabalha para uma empresa na Filadélfia. Cercado de colegas preconceituosos, o personagem interpretado por Tom Hanks, assim como Mercury, esconde o quanto pode que está com HIV.

Quando a empresa descobre, ele é

demitido e, então, decide contratar um colega de profissão homofóbico para levar seu caso até o tribunal. Debatendo-se entre questões como tolerância e aceitação, a luta judicial é pela garantia de igualdade de direitos.

Embalado pela música “Streets of Philadelphia”, de Bruce Springsteen, vencedora do Oscar de Melhor Canção Original em 1994, o filme garantiu a Tom Hanks o Oscar de melhor ator e conquistou ainda o Globo de Ouro e o Prêmio da MTV e Grammy.



A Aids em dois filmes: do começo da epidemia ao século XXI

Viva a Vida! **Faça o teste do HIV!**

Um quarto das 37 milhões de pessoas que vivem com HIV no mundo não conhecem seu estado sorológico. Por isso, o tema da campanha do Dia Mundial Contra a Aids deste ano é ‘Viva a vida positivamente: Conheça seu estado sorológico para o HIV’.

O teste é essencial para expandir o tratamento e garantir que todas as pessoas vivendo com o vírus possam levar vidas saudáveis e produtivas. Mas, ainda restam muitas barreiras à testagem de HIV, como o estigma e a discriminação. O acesso a testes confidenciais é sempre uma questão. Muitas pessoas só fazem o teste depois que ficam doentes e mostram sintomas.

No lançamento da campanha, em novembro, a Unids - Programa das Nações Unidas para combater a Aids - destacou que, diferente do início da epi-

demia, na década de 80, agora já existem novas maneiras de expandir o acesso ao teste de HIV. Autotestes, testes baseados na comunidade e testes multidisciplinares estão ajudando as pessoas a conhecer seu estado sorológico.

“Programas de testagem de HIV devem ser expandidos. Para isso, precisamos de vontade política e investimentos, bem como abordagens inovadoras para testagem de HIV, que sejam totalmente aproveitadas e ampliadas”, informa a campanha da Unids.

SERVIÇO:

Faça o teste de HIV Aids e também o da sífilis na rede pública de saúde. Os testes são gratuitos, sigilosos e não exigem sequer jejum. Saiba onde fazê-los no site www.crt.saude.sp.gov.br.

• Disque DST Aids: 0 800 16 25 50

EXPEDIENTE

Dirigentes responsáveis

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Fábio Santos de Moraes
Vice-Presidente

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de Moraes Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Rita de Cássia Cardoso
Secretária de Políticas Sociais

Richard Araújo
Secretário Adjunto de Políticas Sociais

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes

Roberto Guido

Stenio Matheus de Moraes Lima
Leandro Alves Oliveira

Silvio de Souza

Rita de Cássia Cardoso

Richard Araújo

Fláudio Azevedo Limas

Miguel Noel Meirelles

Francisco de Assis Ferreira

Paula Cristina Oliveira Penha

Texto e edição: Ana Maria Lopes - MTb 23.362

Colaboração: Thales Castilho

Produção: Secretaria de Comunicações da APEOESP

Tiragem: 15 mil exemplares

